



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

GESTÃO
2003/2005

RELATÓRIO E
PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO I



SUMÁRIO

I – OS DESAFIOS DA GESTÃO.....	3
II – METAS.....	5
III – AÇÕES DESENVOLVIDAS E PERMANENTES (EM EXECUÇÃO).....	6
1. AÇÕES DESENVOLVIDAS	
1.1 CRESCIMENTO COM RESPONSABILIDADE.....	6
1.2 AUMENTO DE INVESTIMENTOS NA OFERTA DE INFRA-ESTRUTURA.....	7
1.3 CRIAÇÃO DE CENTRO DE APOIO NA ÁREA URBANÍSTICA.....	7
1.4 CONTINUIDADE DE PROJETOS: VERANEIO-CIDADÃO, FORÇA-TAREFA, COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL.	8
1.4.1 PROJETO VERANEIO CIDADÃO.....	8
1.4.2 FORÇA TAREFA.....	9
a) FORÇA TAREFA OPERAÇÃO BINGO.....	9
b) FORÇA TAREFA OPERAÇÃO BOIADEIRO.....	9
c) COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL.....	10
1.5 INSTITUIÇÃO DE GRUPO PARA CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.....	11
1.6 REESTRUTURAÇÃO DA PROCURADORIA DE RECURSOS.....	12
1.7 POLÍTICA DE PESSOAL (INVERSÃO DA PIRÂMIDE FUNCIONAL).....	12
1.8 CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL.....	13
1.9 INSTITUIÇÃO DO GABINETE DE APOIO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	13
1.9.1 ROL DE PRIORIDADES.....	14
1.9.2 PESQUISA FAURGS.....	14
1.10 REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	15
1.11 INSTITUIÇÃO DA PROCURADORIA DE PROIBIDADE ADMINISTRATIVA.....	15
1.12 INSTALAÇÃO DO NOVO CONSELHO DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA.....	16
1.13 INSTITUIÇÃO DE NOVO INFORMATIVO (ELETRÔNICO) DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	16
1.14 AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE CONVÊNIOS EXISTENTES.....	17
2. AÇÕES EM EXECUÇÃO	
2.1 INTERLOCUÇÃO COM GOVERNO E PODERES DO ESTADO.....	17
2.2 PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE NOVOS RECURSOS FINANCEIROS.....	18
2.3 INFORMATIZAÇÃO TOTAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	18
2.4 OFERTA DE INFRA-ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	19
2.5 FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.....	19
2.5.1 APERFEIÇOAMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES.....	19
2.6 UNIDADE DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES. AÇÕES DE DEFESA INSTITUCIONAL....	20
2.7 INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO.....	21
2.8 INSTITUIÇÃO DE FOROS PARA A DISCUSSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS.....	21
2.9 FORMAÇÃO DE COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	22
2.10 FORMAÇÃO DE NOVOS GESTORES.....	22
2.11 CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	23
IV – MINISTÉRIO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24



I - OS DESAFIOS DA GESTÃO

A atual administração, empossada em abril de 2003, legitimou-se no processo eleitoral, que consagrou uma proposta de gestão elaborada a partir da conjugação das experiências das administrações anteriores com os anseios da classe. Desde então, dedicou-se à implementação das propostas contidas no “Plano de Metas”, documento apresentado à classe e que formalizou o compromisso da gestão.

Um dos primeiros desafios foi o enfrentamento das Reformas de Previdência e do Poder Judiciário, com sérios reflexos na estrutura do Ministério Público e nas relações entre seus membros e servidores e a Instituição. O Procurador-Geral de Justiça e a administração empenharam-se na definição de regras que afetaram toda a Instituição, como as questões do subteto salarial, paridade, pensões e aposentadoria integral. Segue encerrada a Reforma da Previdência, a chamada Reforma do Judiciário e do Ministério Público foi desencadeada no Congresso Nacional; novamente, a administração participou na defesa dos interesses do Ministério Público. Nesses casos contou-se com o imprescindível apoio da Associação do Ministério Público e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

No plano interno, tão logo iniciada a gestão, foram feitas as primeiras modificações estruturais: a extinção do Departamento de Recursos e a criação das Procuradorias de Probidade Administrativa e a de Recursos, equacionando-se melhor as atribuições da Assessoria Jurídica. Na área da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, foi formatado o GABPLAN (Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional), com o qual foi possibilitada a realização do primeiro Planejamento Estratégico Institucional, marco na projeção de um Ministério Público dinâmico, organizado e preparado para os desafios.

Ainda, nessa área, outra importante modificação foi a vinculação dos Centros de Apoio Operacionais à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, o que permitiu uma atuação mais integrada dos referidos organismos. Foram mantidos projetos exitosos, como o “veraneio-cidadão” e força-tarefa. Criou-se o novo Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.



Na área administrativa, além do fortalecimento da Unidade de Capacitação e continuidade das inaugurações de novas sedes de Promotorias de Justiça, manteve-se a oferta de estrutura (pessoal e material) às Promotorias de Justiça e o controle da execução orçamentária, finalizando o ano de 2003 com o comprometimento de 1,884% da Receita Corrente Líquida do Estado, adequada, portanto, à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro importante destaque deste primeiro ano foi a comunicação institucional. Ao disponibilizar-se o Portal dos Membros do Ministério Público como instrumento de comunicação da classe, tal iniciativa permitiu, pela primeira vez, transparência em tempo real, ou seja, os atos do Procurador-Geral de Justiça e da administração podem ser acompanhados, “on-line”, por toda a classe.

Também, permanente preocupação, prestigiou-se a manutenção do “status” constitucional do Ministério Público. Para tanto, manteve-se intenso contato junto à representação política, empresarial e associativa do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de que a Instituição angariasse e mantivesse os aliados para momentos de desafios. Sempre que convidado, o Procurador-Geral de Justiça participou de eventos, em representação da Instituição.

Ao termo do primeiro ano do mandato, três grandes questões estão sendo enfrentadas: a primeira, com o regramento do CEAF (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público), vinculado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, destinado a dar suporte às iniciativas culturais do Ministério Público, atuando, sem concorrer com a FESMP, na formação de membros e servidores da Instituição. A segunda, concernente à atuação na área cível, submetida ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, a fim de que se discuta o papel que a Instituição deva desempenhar nessa área. A terceira, é a implementação, firme e paulatina, do Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005 (Planejamento Estratégico).

Para 2004/2005, deverá haver o fortalecimento das Ações Permanentes da Instituição, voltadas para o crescimento com planejamento e responsabilidade, capacitação de



membros e servidores e transparência na gestão, com participação de todos os Promotores e Procuradores de Justiça.

II - METAS

PLANO DE METAS DA GESTÃO
METAS
1. Crescimento com Responsabilidade
2. Aumento de Investimentos na oferta de Infra-estrutura
3. Criação CAO Urbanismo, Habitação e Questões Fundiárias
4. Projetos: Veraneio Cidadão, Projeto Força-Tarefa, Combate a Sonegação Fiscal
6. Controle Externo da Atividade Policial
7. Reestruturação da Procuradoria de Recursos
8. Captação de novos recursos financeiros, Operação Financeira de Longo Prazo
9. Informatização Total das Promotorias e Procuradorias
10. Nova Política de Pessoal
11. Estrutura Física e Equipamentos à Procuradoria e Promotorias
12. Fortalecimento da Unidade de Capacitação Funcional Aperfeiçoamento aos Membros e Servidores.
13. Criação de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Institucional
14. Formação de Administradores (Promotores-Gestores)
15. Disponibilizar Ações de Defesa Institucional
16. Manter Assessoria de Acompanhamento Legislativo
17. Instituir Gabinete de Planejamento Estratégico
18. Reestruturação Parcial de Setores da Procuradoria-Geral
19. Criação de Unidade de Inteligência e Análise de Informações Criminais
20. Instituir Procuradoria de Probidade Administrativa e Procuradoria de Recursos
21. Criação de Conselho de Promotores e Procuradores
22. Edição eletrônica de Informativo do MP
23. Interlocação com Governo e Poderes do Estado
24. Controle da Constitucionalidade dos Atos Normativo Municipais (estudo da legislação dos municípios)



25. Ampliação dos convênios existentes

26. Formação de Comissões e Grupos de Trabalho

III - AÇÕES DESENVOLVIDAS E PERMANENTES (EM EXECUÇÃO)

1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

1.1 CRESCIMENTO COM RESPONSABILIDADE

O Ministério Público, no primeiro ano da gestão, experimentou moderado e compatível processo de crescimento, com obediência à responsabilidade fiscal. Quanto ao aspecto orçamentário, o orçamento do Ministério Público cresceu, de 2003 para 2004, em quase 90 milhões de reais, passando de um orçamento (executado) de 328 milhões de reais para um orçamento estimado em 408 milhões de reais. Tal incremento, contudo, não determinou um crescimento exagerado na estrutura de recursos humanos. No quadro de membros, embora existentes 812 cargos (para 603 cargos providos), somente ao termo do primeiro trimestre de 2004 é que implementadas as nomeações de 77 novos Promotores de Justiça, com o que o déficit no quadro de Promotores e Procuradores de Justiça ficou reduzido a menos de 150 vagas. No quadro de servidores, embora criados 2984 cargos ao final de 2003, somente houve o provimento de 2160, a fim de que respeitado o momento de crise fiscal por que passa o Estado do Rio Grande do Sul. Nesse aspecto, o Ministério Público se mantém dentro de um quadro de perfeita governabilidade fiscal, encerrando o ano de 2003 no patamar de absorção de 1,884 da Receita Corrente Líquida do Estado (fora, portanto, de qualquer margem de comprometimento, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal).

1.2 AUMENTO DE INVESTIMENTOS NA OFERTA DE INFRA-ESTRUTURA

Não obstante a opção por um crescimento responsável, a oferta de infraestrutura material e humana, como condição ao desempenho das atribuições ministeriais,



continuou a ser prioridade da gestão. Em 2003 foram realizados 78 procedimentos licitatórios (contra 54 de 2002); somente em equipamentos de informática, foram 405 novos microcomputadores, sendo que, no final do ano, o Ministério Público mantinha 2689 equipamentos, distribuídos entre Palácio do Ministério Público, Sede, Procuradorias de Justiça, Prédio do IPE, Promotorias Especializadas e Promotorias do interior do Estado. Quanto à força de trabalho, mais de 200 cargos foram providos, sendo que o número de cargos ocupados saltou de 805 para 1082. Em termos orçamentários, as despesas de capital saltaram de R\$ 15 milhões (2002) para R\$ 25 milhões em 2003.

1.3 CRIAÇÃO DE CENTRO DE APOIO NA ÁREA URBANÍSTICA

Em maio de 2003 foi instalado o Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, criado por meio do Provimento nº 16/2003. Destinado a auxiliar os membros do Ministério Público no enfrentamento das demandas da tutela coletiva tocantes à regularização fundiária e ordenação urbana, o CAOUrb vem desenvolvendo uma ação articulada com os diversos órgãos do Executivo Estadual, Municípios e entidades da sociedade civil, além de subsidiar os colegas com doutrina e jurisprudência relativas ao tema. Atualmente, o CAO de Urbanismo e Questões Fundiárias é coordenado pelo Procurador de Justiça Armando Antônio Lotti.

1.4 CONTINUIDADE DE PROJETOS: VERANEIO-CIDADÃO, FORÇA-TAREFA, COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

1.4.1 PROJETO VERANEIO CIDADÃO



Em sintonia com as demandas sociais, o Ministério Público organizou-se e realocou recursos humanos e materiais, por meio do Projeto Veraneio Cidadão 2004, a fim de responder ao significativo aumento de conflitos sociais e postulações comunitárias entre os meses de dezembro a março, temporada de verão que determina consabido acréscimo na população sazonal do litoral norte. Enfatizou-se a interação com os diversos segmentos sociais: na prevenção e no controle da venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes; ao garantir ao cidadão o direito ao lazer e descanso, preservando-o da poluição ambiental e da oferta de produtos inadequados; na atuação penal em nível de poluição sonora, delitos contra o consumidor, tráfico de entorpecentes e delitos de trânsito. O projeto, coordenado pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais, desenvolveu-se entre 29/8/2003 e 31/3/2004, abrangendo todas as Promotorias de Justiça de Torres, Capão da Canoa e Tramandaí, tendo como interlocutores os órgãos de segurança pública, o Poder Judiciário e as Prefeituras Municipais. Houve especial atenção com eventos críticos, tais como o Planeta Atlântida, tendo-se celebrado ajustamento de conduta com a RBS visando à diminuição do período de utilização dos equipamentos sonoros (a fim de preservar o sossego dos moradores das imediações), assim como instalação de tonéis e contratação de garis para acondicionamento dos resíduos. Foram designados 19 estagiários, seis profissionais (psicólogos e assistentes sociais) e os 10 promotores titulares das comarcas tiveram o reforço de outros 10 promotores designados. Disponibilizaram-se, ainda, 17 notebooks, 4 micro computadores, 4 impressoras, 2 máquinas de xerox e 4 telefones celulares (plantões). O resultado refletiu-se na pesquisa de opinião dos cidadãos que compareceram nas Promotorias de Justiça: 96% de satisfação positiva com o atendimento prestado pelos servidores e pelos Promotores de Justiça (68% de ótimo e 28% de bom, 74% de ótimo e 22% de bom, respectivamente), que se revelou bastante ágil (78% das pessoas foram atendidas em até 15min e outras 11% em até 30min). Um sucesso para ser repetido.

1.4.2 FORÇA TAREFA

a) FORÇA TAREFA OPERAÇÃO BINGO

Depois da apreensão de cerca de 500 mil documentos em dezembro de 2002, frutos de buscas realizadas em bingos e caça níqueis de Caxias do Sul, Passo Fundo,



Pelotas e Erechim, dois Promotores de Justiça foram designados para análise e providências (com mais quatro assessores jurídicos e uma estagiária) a partir de janeiro de 2003. Desvendou-se, desta forma, uma série de irregularidades: “testas-de-ferro”, controle da documentação pelos fornecedores de equipamentos e laudos, empresa de auditoria meramente de fachada, relatório falsos remetidos à CEF etc. Agregaram-se à operação mais um contador, 2 agentes administrativos e outros 4 estagiários. Após intensa atividade investigatória (Junta Comercial, Prefeituras, redes informáticas, oitivas na capital e no interior), que já totalizam 2.269 pessoas. A partir de novembro de 2003, numa linha complementar, iniciaram-se, com a participação ativa dos Promotores de Justiça da interior e da capital, ações cíveis contra as casas de bingo. Após 8 ações em Caxias do Sul e Erechim, em dezembro de 2003 foram ajuizadas mais 157 ações contra empresas que tinham como atividade principal a exploração de caça-níqueis. A equipe continua acompanhando o andamento dos feitos (93 agravos, 33 contra-razões etc.) e analisando os desdobramentos da MP nº 168/04 no deslinde das questões.

b) FORÇA TAREFA OPERAÇÃO BOIADEIRO

Sant’Ana do Livramento, com seus 200km de fronteira seca com o Uruguai, tem sido vitimado pela abigato, que devasta sua riqueza pecuária, principal atividade econômica – flagelo que assolada toda a fronteira e zona da campanha. A modalidade criminosa aumentou 20,85% em 2003, mormente na região, em face da complexidade investigatória (rotas incertas, “res furtiva” que se desloca, constatação tardia, estradas precárias). A partir de dados colhidos pela Promotoria de Justiça da Comarca, constatou-se que uma organização criminosa é responsável por cerca de 90% do abigato. Com base de operações no solo uruguaio, os criminosos inviabilizam mandados de prisão. Há relações com contrabando e tráfico. De posse de estudo detalhado do “modus operandi” da organização (inclusive com ex-policiais uruguayos), identificação de fazenda de contrabandista de cigarros, no lado uruguaio, do líder e de comparsas, elencaram-se algumas necessidades para coibir o crime de fronteira: fiscalização dos açougues (vigilância sanitária estadual e municipal), frigoríficos (sonegação fiscal), intensificar patrulhamento da zona de fronteira (polícia federal). Entre novembro e dezembro de 2003, a Promotoria de Justiça local e a força-tarefa da Promotoria Especializada acompanhou patrulha rural da Polícia Militar (o que significou diminuição de 60% das ocorrências no



período). Recomendou-se a integração das polícias brasileira e uruguaia e a efetivação dos acordos internacionais (Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais – Protocolo de São Luiz, firmado com o Uruguai e Acordo de Extradicação do Mercosul – Decreto Legislativo nº 605/2003). Acionada pelos Promotores de Justiça locais e pela Promotoria Especializada Criminal, em fevereiro de 2004, a administração, pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais (acompanhada do Promotor de Justiça local), estiveram no Ministério da Justiça, no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, onde entregou o pedido de Assistência Jurídica Internacional; e no Departamento de Estrangeiros, onde entregou o pedido de extradição. Também reuniu-se com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e estabeleceu contatos no Ministério das Relações Exteriores. Em reunião operacional, posterior, em Porto Alegre, instou-se a Secretaria Estadual de Agricultura, aos efeitos de fiscalização nos açougues etc. Trata-se de um exemplo, dentre vários outros, da eficácia estratégica de atuação ao moldes de força tarefa, no enfrentamento da complexa criminalidade contemporânea.

c) COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

Continua prioritária e sem trégua a luta contra a sonegação fiscal. Por meio da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária, entre janeiro e dezembro de 2003, quase 60 denúncias foram oferecidas, correspondendo a um montante sonegado estimado em mais de 58 milhões de reais. São mais de 800 expedientes tramitando, conseguindo-se, na média, encerrar mais expedientes, por trimestre, do que os feitos que ingressam para análise. A Promotoria de Justiça Especializada, visando à recuperação do erário rapinado, costuma ajuizar ações de seqüestro de bens (atingindo imóveis, veículos, linhas telefônicas, quotas sociais) e de especialização de hipoteca legal, além de praticar atos investigatórios por meio da quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Noutra ponta, a administração iniciou nova força-tarefa visando ao combate à pirataria, em sintonia com necessidade manifestada pelo próprio Governo do Estado e por Entidades Privadas.



1.5 INSTITUIÇÃO DE GRUPO PARA CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

O controle externo da atividade policial civil e militar, com base na Lei Complementar Estadual nº 11.578/01, mobilizou, neste primeiro ano, boa parte dos esforços institucionais, focado no aspecto positivo (eficácia no desempenho da titularidade da ação penal pelo Ministério Público) antes que no negativo (corrupção policial, reconhecida como pontual). O objetivo final, portanto, é o aperfeiçoamento do serviço público policial, em prol de maior sucesso na persecução penal, neste sentido estabelecido permanente diálogo com os órgãos de segurança, mormente em face da alteração de comando governamental. O controle externo, assim concebido e abrangendo interior do Estado e Capital, revela-se instrumento privilegiado de diagnóstico, capaz de alavancar ajustes e modificar estruturas histórica e culturalmente superadas. Basta lembrar, neste contexto, o fim das “indagações policiais” (em normativas da própria Secretaria da Justiça e da Segurança), monitorando-se e oferecendo-se pronta crítica quando da cogitação de edição de portarias tendentes a ressuscitar a praxe irregular. A constatação, por outro lado, de acúmulo de expedientes e carência de recursos humanos e materiais, aponta para a necessidade de um choque de gestão, o qual o Ministério Público não se furtará de induzir, amparado nos dados empíricos colhidos. Apenas durante o ano de 2003, foram realizados mais de 1400 atos em Delegacias de Polícia do interior do Estado.

A consistência do trabalho despertou atenção. A administração recebeu, em 26 de janeiro de 2004, membros do Ministério Público e da Magistratura de Portugal, com atuação no Ministério da Administração Interna, oportunidade em que houve intercâmbio de experiências e de material operacional no que tange ao controle externo da atividade policial, em relação ao qual o Ministério Público do Rio Grande do Sul é considerado modelo nacional. Trata-se da segunda visita, de âmbito internacional, atinente à matéria.



1.6 REESTRUTURAÇÃO DA PROCURADORIA DE RECURSOS

Com o Provimento 15/2003, a presente gestão cumpriu compromisso assumido com a classe, reestruturando o então Departamento de Recursos e colocando à disposição de Promotores e Procuradores de Justiça a nova Procuradoria de Recursos, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. No ano de 2003 referida Procuradoria, que atua por delegação do Procurador-Geral de Justiça e atende a solicitações dos Procuradores de Justiça, na interposição de recursos especiais e extraordinários aos Tribunais Superiores, recebeu 4.326 processos, sendo interpostas 3.586 medidas judiciais, entre recursos e ações cautelares. A atividade da referida Procuradoria, considerado o interesse institucional na atuação, é noticiada, via e-mail, aos Promotores e Procuradores de Justiça que atuaram nos feitos respectivos. Com a adoção, no ano de 2004, de procedimento eletrônico para interposição e acompanhamento recursal, será possível acompanhar 'on-line' a tramitação processual de feito que interessar a qualquer Promotor ou Procurador de Justiça, aumentando a eficiência da instituição no controle recursal da atividade jurisdicional.

1.7 POLÍTICA DE PESSOAL (INVERSÃO DA PIRÂMIDE FUNCIONAL)

Quanto à força de trabalho, a presente gestão empenhou-se no cumprimento de antiga reivindicação da classe, no sentido de que o quadro de servidores fosse maior do que o quadro de membros do Ministério Público. Nesse aspecto, sem o comprometimento das metas fiscais, foram nomeados, no período, 77 novos Promotores de Justiça, enquanto que, até o final de 2003, o Ministério Público contava com 2160 servidores, destacando-se o provimento de 1082 cargos de servidores estatutários e 715 estagiários, além de 109 adidos da extinta Caixa Econômica Estadual.

1.8 CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Brevemente, será instalado o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAFF, órgão criado pelas Leis Orgânicas Federal e Estadual, encarregado de



promover o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores do Ministério Público. Sem nenhuma despesa adicional, uma vez que o CEAF incorporará a estrutura da Unidade de Capacitação e Treinamento, este órgão auxiliar da Instituição otimizará a atividade de aperfeiçoamento e treinamento de membros e servidores, articulando-a estrategicamente aos demais órgãos da administração e execução do Ministério Público, visando sobretudo a uma política de capacitação de médio e longo prazo, ajustada ao Plano Geral de Atuação Institucional.

1.9 INSTITUIÇÃO DO GABINETE DE APOIO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em fevereiro de 2004, a administração encaminhou a todos os Promotores e Procuradores de Justiça do RS um exemplar do Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005, síntese do Planejamento Estratégico da atual gestão, que iniciou com ampla consulta à classe, ainda em junho de 2003, e formatou-se em encontro realizado em Caxias do Sul, em agosto de 2003. Como resultado, 37 ações agrupadas em torno de 5 macroestratégias servem de mapa a orientar os passos da administração. Espera-se, em face dos procedimentos democráticos e participativos, amplo engajamento e que o documento constitua útil ferramenta para o cotidiano de atuação funcional.

Vale lembrar que a Assessoria de Planejamento Estratégico é uma das principais funções cometidas ao Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, chefiado pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. O Gabinete foi criado pelo Provimento PGJ nº 15/2003, justamente para auxiliar no incremento, consolidação e harmonização da política institucional do Ministério Público. Seguem-se dois exemplos:

1.9.1 ROL DE PRIORIDADES

Dando execução ao Plano de Ação 2003/2005, a administração, na busca de “prioridades de atuação para 2004”, desencadeou, em 08 de março de 2004, questionário dirigido a todos os Promotores e Procuradores de Justiça, a fim de que as diretrizes originadas da consulta aos órgãos de execução sirvam como diretrizes capazes de orientar a atuação do Ministério Público em cada área específica, com os respectivos indicadores de



efetividade. O fluxo prevê, ainda, interação com os Centros de Apoio e Conselhos correspondentes (ação 2.3.2 do Planejamento Estratégico).

1.9.2 PESQUISA FAURGS

Celebrou-se convênio com a FAURGS, em março de 2004, para desenvolver pesquisa acerca do perfil profissiográfico dos Promotores e Procuradores de Justiça do RS (comparando-se as composições num intervalo de 10 anos), bem como para mapeamento das concepções de política criminal dos membros do Ministério Público, dados preciosos para planejamento do combate ao crime, aliás prioridade institucional para a população brasileira, segundo recente pesquisa IBOPE encomendada pela CONAMP. O cronograma da pesquisa (sob a coordenação científica do Professor Doutor Rodrigo Azevedo e bolsistas de iniciação científica da UFRGS e acompanhada pelo Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional) prevê, adiante, além de publicações e eventos, intercâmbio com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Boaventura de Souza Santos), para apresentação de painel sobre o Ministério Público RS. Trata-se, a rigor, de ação de qualificação prevista no item 2.1.3 do Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005, no âmbito da 2ª Macroestratégia – Gestão dos Promotores e Procuradores de Justiça.

1.10 REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tão logo empossada, a presente gestão, com o Provimento 15/2003, redimensionou a estrutura de gestão da Procuradoria-Geral de Justiça. A primeira grande modificação ocorreu na área da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, que passou a supervisionar a Assessoria Jurídica e as Procuradorias de Justiça com atuação delegada, nas áreas recursal, de controle da probidade administrativa e dos crimes de



prefeitos. Por outro lado, incrementou-se a estruturação da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, que passou a contar com o suporte do Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, para atuar nas áreas de planejamento e controle da atuação institucional, além de supervisionar projetos e ações nas áreas de inteligência e segurança institucional, bem como proceder ao acompanhamento legislativo de interesse do Ministério Público.

1.11 INSTITUIÇÃO DA PROCURADORIA DE PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

Também por força do Provimento 15/2003, foi instituída, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, a Procuradoria de Proibidade Administrativa. No referido ano, a equipe de Procuradores e Promotores designados para a referida área atuou em 2.858 feitos, destacando-se o acompanhamento da tramitação de 400 ações civis públicas ante a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

1.12 INSTALAÇÃO DO NOVO CONSELHO DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA

Em 29 de agosto de 2003 foi instalado o Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça de Defesa da Cidadania – CONDECID, criado por meio do Provimento nº 03/2003. Como os demais Conselhos de Promotores e Procuradores de atuação funcional especializada (CONPPIJ – Infância e Juventude, CONMAN – Meio Ambiente, CONCRIM - Criminal), o CONDECID visa, como órgão consultivo, precipuamente, promover o debate sobre temas de interesse institucional, nas áreas especificadas, com o objetivo de fomentar a padronização de procedimentos e diretrizes de ação, sem caráter vinculativo.



Os conselhos de Procuradores e Promotores de Justiça têm sido um importante instrumento de democracia interna da Instituição e de funcionalização de uma atuação mais consistente e articulada entre os órgãos de execução do Ministério Público. Em breve, será instalado o conselho de procuradores e promotores de justiça de defesa dos consumidores.

1.13 INSTITUIÇÃO DE NOVO INFORMATIVO (ELETRÔNICO) DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Com a finalidade de materializar a proposta de transparência na gestão, a presente administração disponibilizou aos colegas o Portal dos Membros do Ministério Público, instrumento que permite o acompanhamento eletrônico da atividade do Procurador-Geral de Justiça e demais integrantes da administração, bem como a divulgação da atuação institucional, através do trabalho dos Promotores e Procuradores de Justiça. No referido instrumento, oferecido com exclusividade aos membros da instituição, estão disponibilizados vários serviços, como agenda do Procurador-Geral, artigos de interesse institucional, atalhos para links de serviços, além de acesso para contato eletrônico direto com o Procurador-Geral de Justiça.

1.14 AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE CONVÊNIOS EXISTENTES

Na presente gestão foram celebrados, até o momento, setenta e nove novos convênios, com diversas entidades públicas e privadas. Tais convênios visaram, em sua grande maioria, a possibilitar a cooperação técnica de entidades para o atendimento das funções institucionais nas áreas da infância e juventude (educação e atendimento de adolescentes usuários de drogas), meio ambiente e defesa do consumidor, bem como para a regulamentação de estágios que são oferecidos pela Instituição e oportunização de bolsas de pós-graduação a membros do Ministério Público.

2. AÇÕES EM EXECUÇÃO



2.1 INTERLOCUÇÃO COM GOVERNO E PODERES DO ESTADO

O primeiro ano da gestão foi caracterizado por uma incessante atividade política-institucional do Procurador-Geral e integrantes da administração, na prioridade estabelecida de manutenção de um relacionamento cordial e respeitoso com os Poderes do Estado. Nos despachos diários, o Procurador-Geral de Justiça recebeu parlamentares de todos os partidos políticos, o Governador do Estado, os Presidentes da Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, além de Secretários de Estado. Por outro lado, o Ministério Público esteve presente em eventos realizados por instituições públicas e organismos da Sociedade Civil.

2.2 PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE NOVOS RECURSOS FINANCEIROS

Com a normatização do Fundo de Reparcelamento do Ministério Público (Provimento 55/02) e a aptidão da Instituição para o recebimento de recursos financeiros extra-orçamentários, a presente gestão, através de Comissão especialmente criada, manteve os necessários contatos com o Governo do Estado e com o Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para possibilitar a realização de operação financeira destinada a alavancar o crescimento institucional.

2.3 INFORMATIZAÇÃO TOTAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Com a evolução do parque de equipamentos de informática (que passou de 511 equipamentos em 1997 para 4484 equipamentos em 2003), a informatização total das Promotorias segue sendo prioridade da administração. Ao final de 2003 existiam em torno de 3200 pontos lógicos instalados, a demonstrar o compromisso com o cumprimento da meta estabelecida. Para cumprir a meta de informatização total, em 2003 a administração investiu na implantação do Sistema de Pregão Gerencial, no Sistema Gerenciador das Promotorias de Justiça, no Sistema Gerenciador de Recursos, além de outros aplicativos, o que tornou funcional e racional a atuação do Ministério Público. Além disso, a continuidade de investimentos na área permite projetar que, até o final do ano de



2004, praticamente 95 das interconexões no Ministério Público sejam realizadas em rede dedicada de fibra ótica, com otimização qualitativa do referido instrumento.

2.4 OFERTA DE INFRA-ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Não obstante a opção por um crescimento responsável, dentro de um quadro de crise porque passa o Estado brasileiro, a oferta de infra-estrutura material e humana, como condição ao desempenho das atribuições ministeriais, continuou a ser prioridade da gestão. Mantivemos a política de investimentos na aquisição de equipamentos de informática, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e membros da Instituição.

2.5 FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

Como efetivação do projeto de ampliação da promoção do aperfeiçoamento funcional e profissional de membros e servidores, foi ampliada a dotação orçamentária da Unidade de Capacitação e Treinamento – UCAP, órgão da PGJ encarregado de executar as atividades a ela concernentes. O aumento da dotação orçamentária da mencionada Unidade, que já está sendo executada em 2004, foi da ordem de 39,45% relativamente ao exercício anterior.

No período foram realizados ou apoiados 25 (vinte e cinco) eventos, com uma participação total de 2791 pessoas, treinadas ou qualificadas. Foram disponibilizadas 9489 horas de treinamento.



2.5.1 APERFEIÇOAMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES

A fim de prosseguir incentivando e propiciando o aperfeiçoamento de membros e servidores da Instituição, vêm sendo oferecidos cursos, participação em eventos de interesse institucional e bolsas de estudo para colegas que freqüentam cursos de pós-graduação. Segue sendo ministrado o curso “O novo Código Civil”, com grande freqüência de Promotores e também de servidores, como também o curso de atualização “A linguagem do texto jurídico”. Foram oferecidas vagas a colegas nos seminários internacionais “Broken Windows Theory” e “O novo Direito do Estado”, dos quais participaram, respectivamente, cinqüenta e um e vinte colegas.

Foi celebrado convênio com a Escola Superior do Ministério Público e com a Associação do Ministério Público do RS, objetivando a cooperação na concessão de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação a serem concedidas a membros da Instituição. Atualmente trinta e três colegas vem sendo beneficiados com bolsas, sendo concedidas doze em 2003 e quatorze em 2004.

No período, o investimento de capacitação somou R\$ 696.671,06 (seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e um reais e seis centavos)

2.6 UNIDADE DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES. AÇÕES DE DEFESA INSTITUCIONAL

Está em formatação, na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, projeto de constituição e operacionalização do Núcleo de Inteligência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. No momento, sistematizam-se subsídios recolhidos em treinamentos e capacitações específicos junto ao Ministério da Justiça (e outras fontes), que está a formular um modelo brasileiro de Inteligência de



Segurança Pública. O objetivo, em nível estadual, é manter análise permanente de conjuntura em relação às atividades sociais que possam influenciar na atuação do Ministério Público na tutela aos direitos do cidadão e da coletividade. A idéia é, também, implementar uma política de inteligência institucional, por meio de procedimentos próprios de análise, coleta e busca de dados que propiciem agilidade, previsão e a prevenção de atividades contrárias ao Ministério Público, sendo necessário localizar e obter, no país e no exterior, conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis em meio aberto, público ou privado, com a respectiva capacitação de Promotores e Procuradores de Justiça para produção e preservação dos dados.

Neste contexto insere-se o desenvolvimento e a execução da segurança orgânica da Instituição. Ações tendentes a incrementar a segurança dos prédios e a capacitar Promotores e Procuradores de Justiça a lidarem com situações de risco já estão sendo desenvolvidas pela Assessoria de Segurança Institucional, criada pelo Provimento PGJ nº 18/2003.

Temas importantes, desta forma, receberão tratamento privilegiado, tais como cidadania, organizações criminosas (lavagem de dinheiro, adulteração de combustíveis, crimes contra a ordem tributária, em presídios, crimes ambientais, delitos contra a administração pública, contra o consumidor, grupos de extermínio, tráfico de armas e entorpecentes, tráfico de mulheres e exploração infante juvenil, roubo de cargas e receptação), além de infrações penais eventuais, como tortura, roubo etc. Em nível empírico e piloto, pode-se ilustrar com o suporte institucional às diversas Promotorias de Justiça Criminais do interior do Estado atingidas pelo “Caso Adriano” (homicídios seriados contra crianças e adolescentes na região Norte do Estado).

2.7 INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

A tarefa de acompanhamento legislativo assumiu uma dimensão acentuada no primeiro ano da gestão, em razão da tramitação da Reforma da Previdência e Reforma do Judiciário, bem como pela apresentação de várias propostas legislativas que interferem na atuação do Ministério Público. O Procurador-Geral de Justiça, pessoalmente,



ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais, realizou diversas gestões, na Capital Federal e no Estado, para a defesa dos interesses da instituição. Em especial, foi instituída Comissão Específica para a matéria.

2.8 INSTITUIÇÃO DE FOROS PARA A DISCUSSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

No decorrer de 2003 realizaram-se três encontros regionais (em Santa Maria, Santo Ângelo e Rio Grande), que atingiram duplo objetivo: por um lado, representaram efetiva descentralização da Administração e diálogo interinstitucional, possibilitando contato com o Tribunal de Contas e políticos e administradores das regiões referidas, no sentido de viabilizar que o Ministério Público atue como indutor de políticas públicas e catalisador de demandas sociais; por outro lado, possibilitaram discussões específicas, sintonizadas com as demandas e realidades locais, de perfil mais técnico, interdisciplinar e prático, em sessões conjuntas dos Conselhos Estaduais das diversas Áreas de Atuação. Ainda, a administração proporcionou condições para que o Conselho Superior do Ministério Público realizasse sessões nas cidades Santa Cruz do Sul, Rio Grande e Lajeado.

2.9 FORMAÇÃO DE COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Vários foram os grupos de trabalho a fim de promover estudos e para a execução de tarefas de importância institucional, desde abril de 2003 até a presente data. Destes, merecem destaque, pela sua importância, as comissões responsáveis pelo estudo e oferecimento de alternativas à implantação de sistema de recepção de autos de inquéritos policiais, acompanhamento da reforma previdenciária e do IPE, elaboração do planejamento estratégico, elaboração do Estatuto dos servidores, estudos sobre as atribuições do Ministério Público na área ambiental, estudos e acompanhamento de projetos de captação de recursos junto a organismos internacionais e instituições financeiras. Em Brasília, foi desenvolvido intenso acompanhamento da Reforma do Judiciário e de alteração da legislação.



Resultado de compromisso da gestão, foi iniciada perante o Órgão Especial do Colegiado de Procuradores de Justiça, a discussão sobre a intervenção do Ministério Público no processo civil.

2.10 FORMAÇÃO DE NOVOS GESTORES

A Administração, pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, coordenou, no início de abril de 2004, a segunda fase do programa de treinamento e adaptação dos 77 novos Promotores de Justiça. Após a primeira fase do curso, com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, os novos Promotores tiveram uma noção geral e operacional de todos os setores e estrutura da PGJ, desde as Subprocuradorias, com destaque para as divisões (Assessoramento Técnico, Desenvolvimento Organizacional, Sistema de Gerenciamento das Promotorias, Documentação, Recursos Humanos etc.), inclusive com curso de Gestão de Pessoal, passando pelos Centros de Apoio e Promotorias Especializadas, até conferências (Prof. Dr. Juarez Freitas) e temas específicos (crime organizado, controle externo, planejamento estratégico, segurança institucional etc.), bem como interação com os Poderes de Estado (Governador, Presidentes TJ e Assembléia, Tribunal de Contas do Estado). A iniciativa visou a capacitar o Promotor de Justiça, munido de uma visão ampla e sistêmica, para a gestão eficiente de suas funções, maximizando resultados.

2.11 CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Esta importante atividade vem sendo executada, sob a coordenação da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, a quem cabe a direção da atividade da Assessoria Jurídica. Uma primeira tarefa, nesse sentido, foi o desenvolvimento de um sistema informatizado (SESP), que permitirá a formação de uma base de dados para um acompanhamento completo de toda a legislação municipal e estadual. Como passo seguinte, através da Portaria 913/2004, foi instituída uma Comissão Especial que elegerá a sistemática a ser utilizada para a implantação do referido controle, sendo que o Ministério Público manteve a sua atuação judicial, perante o Tribunal Pleno, para as declarações de inconstitucionalidade. No ano de 2003, pela Assessoria Jurídica, foram apreciados 314



feitos em que apurada a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, a demonstrar o investimento que a administração faz no cumprimento desta importante meta.

IV - MINISTÉRIO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para o segundo ano, além da manutenção destas e da concretização das demais realizações firmadas no processo sucessório, abre-se a perspectiva de incrementar a “Responsabilidade Social” do Ministério Público, outra faceta de sua legitimação social e constitucional.

Para além das práticas crescentes do setor privado e de voluntariado, trata-se de celebrar, sempre que possível, verdadeira parceria público/privado para o enfrentamento do déficit social brasileiro. Responsabilidade Social, no Setor Público, passa por buscar indicadores de efetividade social, a fim de que se possa aferir até que ponto, e a que custo, as ações estatais conseguem modificar realidades sociais perversas.

Noutros termos, implica avançar e alterar o modelo histórico de gestão, tornando-o adequado às características de tamanho, diversidade e complexidade da realidade nacional. O desafio, pois, está em internalizar-se, na rede da administração pública, e aí se incluem todas as estruturas de poder, a consciência do “resultado social” como meta prioritária de suas políticas e ações.

Nesse contexto, do Ministério Público exige-se, além das atividades próprias de sua missão constitucional, que por natureza possuem consistência social relevante, um esforço adicional, indo além do que legalmente se lhe impõe, no sentido de ultrapassar o âmbito estrito do conflitos já objeto do processo, e orientar-se como indutor de políticas públicas e catalisador de demandas sociais, preferencialmente de modo preventivo e extrajudicial.



No Rio Grande do Sul, a Assembléia Legislativa, sensível quanto ao direito democrático da comunidade em inserir-se na gestão de seu próprio destino, atualmente tem em pauta o exame de projeto de lei que instala a Responsabilidade Social no Setor Público, como modelo de governança que promova a solidariedade com vistas a operar as mudanças sociais indispensáveis ao enfrentamento das desigualdades.

Portanto, há que fomentar e incorporar, na consciência e na atuação funcional dos membros do Ministério Público, a generosa idéia de realizar as mudanças sociais necessárias por meio da promoção da solidariedade, e que fundamenta, quando aplicada ao setor público, uma gestão planejada, transparente e integrada de todos e nos três níveis de poder, e o estabelecimento, em paralelo, sem que isto implique na perda de seu papel, de parcerias sociais com o terceiro setor e a iniciativa privada, no desiderato de potencializar recursos e implementar políticas públicas, planos, programas, projetos e ações eficazes e descentralizadas, com base em diagnósticos atualizados, sistemas de acompanhamento, avaliação e prestação de contas permanentes. Em suma, uma gestão orientada pelo princípio da eficiência e da economicidade, condições para a efetivação da solidariedade social.